



Apresentação de Estudo

Desafios e Condicionantes Económicos da Construção da Sociedade da Informação

Desafios e condicionantes económicos da SI em discussão

Lisboa, 23 de Abril – "Novas Arquitecturas das Organizações", "Gestão da Informação", "Assimetria da Informação" e "Discriminação/Divisão Digital" foram os temas em destaque de um encontro promovido no âmbito da APDSI que decorreu sob a denominação “Desafios e Condicionantes Económicos da Construção da Sociedade da Informação”.

Reflectindo o trabalho desenvolvido por um grupo coordenado por Joaquim Alves Lavado, a conferência surgiu na sequência de um primeiro estudo sobre o estado e as tendências da Economia da Informação em Portugal. “Considerou-se oportuno dar continuidade à reflexão sobre esta temática, abordando novas dimensões de análise que permitam actualizar e completar uma visão prospectiva”, referiu durante a apresentação pública dos documentos.

As novas regras da concorrência, as transformações estruturais nos vários sectores, os paradigmas operativos das novas empresas e ambientes empresariais interligados em rede, as novas ferramentas de negócio electrónico e a universalidade do acesso e a exclusão social foram alguns dos tópicos abordados durante o encontro promovido pela APDSI.

Destaque também para a intervenção de Teodora Cardoso, economista, que falou acerca das condicionantes colocadas pela actual crise económico-financeira à construção da Sociedade da Informação, assim como os benefícios que as tecnologias poderão oferecer para ultrapassar este momento menos favorável.

As novas arquitecturas organizacionais

A implementação e utilização das tecnologias e sistemas de informação transportam vários desafios na construção de novas arquitecturas para as organizações, nomeadamente ao nível da gestão das mudanças em curso nessas mesmas arquitecturas organizacionais e na economia.

Este é o primeiro desafio de um conjunto de sete apontados pelo grupo de trabalho que tratou o tema “Novas arquitecturas das organizações”, onde se inserem igualmente a gestão adequada da informação e das cadeias de valor que a produzem e a redução da assimetria da informação entre fornecedores e consumidores.

No conjunto de desafios identificados surge também a redução dos fenómenos de discriminação ou divisão digital, a par do desafio relacionados com a aquisição de conhecimentos e da capacidade de utilização de metodologias de concepção e de implementação de arquitecturas organizacionais e de gestão de programas e projectos para a sua implementação.

Considera-se igualmente que será necessário desenvolver e utilizar arquitecturas organizacionais que permitam às organizações e, especialmente, às micro, pequenas, médias empresas e serviços públicos a implementação de processos de co-produção de valor, de negócio electrónico e de governo electrónico.

Por último, é deixado um alerta relativamente à importância das cadeias de valor. “É necessário reconhecer a importância das cadeias de valor da informação para todas as organizações e reconhecer a necessidade de preparar os especialistas capazes de as implementar e gerir com eficácia, eficiência e rentabilidade”, sublinha Joaquim Alves Lavado.

Face à actual crise financeira, o coordenador do grupo de trabalho que desenvolveu o documento, defende a criação de uma nova arquitectura da economia. “Esgotada a arquitectura económica tradicional, está na hora de implementar uma nova arquitectura da economia com base nos produtos da Sociedade da Informação”, propôs.

No que diz respeito aos desafios da gestão da informação, Fernando Rodrigues, do SAS, trouxe o alerta: “There is no more normal” - já não há normal, no sentido de que a realidade vai mudar.

Falando dos modelos e estratégia seguidos pela sua empresa, o responsável referiu a complexidade do mundo tecnológico em que estamos inseridos, afirmando que há várias maneiras de encarar os desafios colocados pelo actual momento de crise e que esperar não é a resposta. “O desespero leva-nos à fraqueza. Devemos criar oportunidades aproveitando as mudanças que decorrem”, defendeu.

Assimetria e discriminação no digital

Potenciar o acesso às redes de comunicação e de informação e desenvolver os instrumentos que visem a melhoria das qualificações tecnológicas dos cidadãos, melhorar a escolaridade e as competências linguísticas, nomeadamente o ensino do Português e da Filosofia são acções que poderão contribuir para colmatar a dificuldade de acesso à informação, segundo Paulo Resende da Silva, da Associação Portuguesa para a Gestão do Conhecimento, responsável pelo documento que tratou a “Assimetria da Informação”.

Promover acções de sensibilização e promover planos específicos de apoio de gestão e tecnológico para incrementar a presença comercial e de negócio das empresas portuguesas na Internet assim como promover e sensibilizar (nalguns casos, obrigar) as empresas a prestarem melhor informação comercial aos cidadãos, clientes e consumidores são igualmente medidas que deviam ser consideradas.

Já para o grupo de trabalho Discriminação/Divisão Digital é fundamental criar condições objectivas de estímulo à adopção de intervenções que permitam uma utilização mais alargada das tecnologias da informação e comunicação.

Reduzir e anular gradualmente a exclusão económica, incentivar a formação nas tecnologias da informação e da comunicação e evitar a discriminação das PME são algumas áreas de intervenção a considerar no combate à divisão digital identificados pelo grupo de trabalho coordenado por José Cardoso de Matos.

Com o documento pretendeu-se essencialmente lançar a discussão sobre o tema do combate à discriminação digital, uma questão que se impõe como um “imperativo democrático”, na opinião do responsável ligado à ECDL Portugal.

Para reduzir e anular a exclusão económica, o grupo sugere que a atribuição de facilidades na aquisição de computadores e de acesso à Internet seja precedida de uma formação adequada dos seus utilizadores e condicionada a essa mesma formação. “A sociedade tem o dever de integrar todos os seus cidadãos, mas tem também a obrigação de se assegurar que os apoios que dispensa são utilizados de forma eficaz e com os objectivos pretendidos”, refere-se.

Relativamente à formação propõe-se como medida fundamental assegurar que toda a formação nas TIC é validada através de parâmetros internacionais, impondo níveis de rigor, e não apenas contabilizar horas de formação.

O estudo deixa igualmente uma preocupação relativamente à exclusão das PME e como estratégia de combate à discriminação das empresas de menor dimensão sugere-se a

criação de programas de formação em TIC e alguns benefícios fiscais “que podem passar pela simplificação de processos permitindo, por exemplo, que as empresas contabilizem como custos do exercício os investimentos em material informático até um determinado valor”.

A criação de centros de inovação vocacionados para as PME, estimulando o desenvolvimento de soluções informáticas direccionadas para aquelas empresas, poderia também ser uma outra forma de apoio, que permitiria incentivar a utilização das TIC entre as empresas de menor dimensão.

Aconselha-se igualmente a simplificação dos processos de candidatura a fundos comunitários.

“O mundo vai realmente mudar depois desta crise. Estamos verdadeiramente perante uma mudança de paradigma a que temos de estar atentos, tentando perceber o que se está a passar e de que forma podemos utilizar as tecnologias da informação e da comunicação neste combate que todos queremos vencer”, concluiu José Cardoso de Matos.

Consequências da crise para a Sociedade da Informação

A crise vai ter consequências directas, nomeadamente a redução dos gastos, tanto em consumo como em investimento, e consequências indirectas, que decorrerão da reestruturação da actividade económica mundial a que a crise vai dar origem.

Teodora Cardoso considera que os países desenvolvidos, como os Estados Unidos, o Reino Unido, a Espanha, não podem continuar a fazer depender o seu crescimento do endividamento dos consumidores e do sector imobiliário e que a globalização terá de ser regulada.

As consequências indirectas da actual crise terão reflexos positivos e negativos na sociedade da informação, defendeu durante a sua intervenção. “Uma das causas da crise financeira foi o mau uso da inovação no sector financeiro, em especial o mau uso de técnicas muito sofisticadas de tratamento da informação. Daí resultará uma crise de emprego daqueles que foram formados nestas técnicas, além do risco, apesar de tudo limitado, de inovações úteis serem preteridas por se temer que possam igualmente acarretar consequências negativas”, referiu a economista. Poderá, sobretudo, existir um maior grau de incerteza na introdução de inovações desta natureza, acrescenta.

Mas das consequências indirectas da crise nascerão igualmente reflexos positivos. Sectores pouco intensivos no uso de tecnologias da informação - como a construção residencial tradicional - vão perder peso, enquanto os problemas energéticos e ambientais vão exigir forte investimento em conhecimento e novas tecnologias. “Em particular as economias desenvolvidas terão de aprofundar a sua especialização nessas áreas e a globalização agudizará essa exigência”, refere a economista.

Em síntese, Teodora Cardoso considera que haverá mais capital humano disponível para ser usado de forma útil nas indústrias da informação e do conhecimento, existindo também mais discernimento na sua utilização. No curto prazo escassearão o capital financeiro e a procura, mas as políticas de saída da crise devem iniludivelmente favorecer o sector das TIC.

Para a economista o caminho a percorrer em Portugal é inequívoco: reforçar o investimento, financeiro e humano, nas indústrias do conhecimento e da informação.

Esta tem de ser uma actividade virada para o exterior. “Não é virados para o mercado interno que vamos resolver isto. Temos de procurar mercados e financiamento onde quer que eles existam”.

“Temos de ter a noção de que não são modernices: são evoluções tecnológicas que se não forem acompanhadas, não haverá política de apoio às PME que resolva o problema”, considera Teodora Cardoso.

Sobre a APDSI

Criada em 2001, a APDSI tem por objectivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas actividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da actualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde, Educação, Comércio e Negócio Electrónicos. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interacções entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa.



Para mais informações contacte:

APDSI

**Associação para a Promoção e Desenvolvimento
da Sociedade da Informação**

Rua Alexandre Cabral, n.º 2C – Loja A

1600-803 Lisboa

Tel.: 217 510 762

Fax: 217 570 516

E-mail: secretariado@apdsi.pt

URL: <http://www.apdsi.pt>